

O GOLPE E A RETOMADA DA DEMOCRACIA: 1964-2005

ROBERTO FREIRE*

Resumo: Este artigo faz uma reflexão sobre as raízes históricas dos acontecimentos políticos brasileiros do presente, expondo o 'golpismo' como uma de suas características; entretanto, desde que a nação retomou o processo democrático, considera-o em vias de esgotamento.

Abstract: This article examines historical roots of some political events in present day Brazil, detecting 'golpism' (the tendency to suffer coups) as one of its characteristics. However, since this nation returned to democratic process, this inclination is considered on its way to obsolescence.

Faz vinte anos da retomada do processo democrático no Brasil. Foi um longo período de lutas que, desde o golpe militar de 1964, completa um ciclo histórico com claros sintomas de esgotamento e uma espera ansiosa pelo surgimento do novo ainda preso às entranhas do velho.

Aqui, fato não corriqueiro em nossa história, um governo hegemônico por um partido de esquerda trai esperanças e promessas antigas de mudança. No mundo, o liberalismo e a social-democracia, esgotados, tentam se reciclar e nascem paradigmas marcados pela globalização e pela vertiginosa revolução técnico-científica. E,

lamentavelmente, também assistimos a eclosão explosiva de nacionalismos estreitos e de atos terroristas massivos que agridem a civilização.

O momento rico, complexo, convida à reflexão e, portanto, levamos à análise das raízes históricas dos acontecimentos que desembocam no presente. Não sou historiador. Como antigo militante político de esquerda, mais precisamente do Partido Comunista Brasileiro - PCB, apresento um relato da minha experiência com as conclusões, sempre pessoais, que já permite a perspectiva do tempo.

Passados quarenta e um anos da quartelada, ainda se discute o comportamento da esquerda brasileira naquele fatídico 1964. Quero examinar a conjuntura de então pela atuação concreta dos dirigentes pecebistas e o papel do PCB na História. E destaco, de início, três questões polêmicas: o golpismo pré-64, a opção pela luta armada e a política de frente democrática.

O Golpismo

Uma das características do processo político brasileiro, à esquerda e à direita, é o golpismo, a busca de soluções dos problemas por meio da intervenção das Forças Armadas, de cima para baixo, sem a participação popular. Os militares cultivaram, juntamente com as elites conservadoras e as nossas camadas médias, uma certa vocação golpista que marcou a vida política nacional durante todo o século XX. E a esquerda também impregnou-se desse espírito autoritário.

O Partido Comunista Brasileiro foi, de berço, dirigido por intelectuais de incipiente formação marxista, sindicalistas de origem anarquista e militares positivistas. As tendências golpistas manifestaram-se de forma dramática no movimento de 1935, quando a direção do partido, sob a influência de Prestes e do Komintern, trocou a política de massas da Aliança Nacional Libertadora, reformista e democrática, pelo levante militar puro e simples, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Uma resposta golpista da esquerda ao golpismo dos setores conservadores que vai se materializar no Estado Novo de Vargas.

Com o XX Congresso do PCUS - onde foram revelados os crimes de Stálin - e a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, inaugura-se uma aliança inédita entre comunistas, trabalhistas e pessedistas,

liderada por Prestes, João Goulart e Amaral Peixoto. O PCB iniciava sua ruptura com o golpismo e assume de maneira inequívoca uma posição a favor da democracia, das alianças amplas e de uma via pacífica para o socialismo, consagrada na Declaração de Março de 1958, ampliada no V Congresso de 1960 e definitivamente consolidada no VI Congresso de 1967.

A Luta Armada

Porém, as velhas tendências golpistas sobreviviam no interior do partido na espera de uma oportunidade para emergir à superfície da cena política. Às vésperas do golpe, a radicalização política do “Grupo dos 11” de Leonel Brizola, a reforma agrária “na lei ou na marra” das Ligas Camponesas de Francisco Julião e a rebelião dos sargentos e marinheiros, agitam o ambiente já tenso pela discussão das “reformas de base” e coincidem, diga-se, com o recrudescimento da “guerra fria” entre Estados Unidos e União Soviética, mundo afora.

Neste clima de confrontação ideológica, uma parte da direção do partido, liderada por Prestes, acredita na possibilidade de sustentação política e militar do governo João Goulart, minoritário no Congresso Nacional. Falava-se até em “golpe preventivo”, o que seguramente contribuiu para a divisão das forças governistas e favoreceu as conspirações militares.

E dois aspectos relevantes são dignos de nota: por um lado, a esquerda liderada pelo PCB recusa a “política de conciliação” de San Thiago Dantas e a candidatura de Juscelino para as eleições de 1965, embora e me permito um toque pessoal, a maioria de nós comunistas pernambucanos defendíamos a chapa Juscelino/Miguel Arraes; de outro, a classe média, descontente com a “desordem” e temerosa do radicalismo esquerdista, apoia lideranças golpistas como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros no “basta” às greves e às sucessivas crises políticas.

Na hora do golpe, a esquerda estava politicamente derrotada e o “dispositivo militar”, de João Goulart, encontrava-se, para dizer o mínimo, desarticulado. Sem solidez na sociedade, evaporou-se no ar. A decisão dos dirigentes partidários, em especial os que tinham formação militar - Prestes, Giocondo Dias, Dinarco Reis e Salomão Malina, dentre

outros -, foi não promover uma inútil resistência armada, uma sangrenta guerra civil sem chances de vitória. Mais cedo do que tarde, a História há de reconhecer a sabedoria e a grandeza dessa decisão.

No entanto, aqueles militantes mais radicais, liderados por Carlos Marighela, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, viam nessa decisão uma capitulação e rompem com o partido na preparação do citado VI Congresso, onde a maioria vai apoiar a política de frente democrática, a estratégia de acumulação de forças e luta de massas pela reconquista da democracia.

Apesar disso, influenciada pela Revolução Cubana e pelas teorias foquistas, a juventude aderiu progressivamente às teses da luta armada e às organizações clandestinas. Seqüestros, assaltos a banco e focos guerrilheiros acabaram por contribuir para a estruturação de um aparato militar repressivo cuja missão era a de exterminar tanto os que lideravam a luta armada como os que pregavam a mobilização das massas, como os dirigentes do PCB. Centenas de pessoas presas, torturadas e assassinadas, eis o trágico rescaldo da ditadura especialmente sanguinária após a opção armada.

A Frente Democrática

Na importante resolução do VI Congresso, o PCB definia, de modo simples e claro, o centro de sua tática contra a ditadura: “Unir, organizar e mobilizar a classe operária e demais forças antiditatoriais na luta pela redemocratização do País”. Acusado de capitulação, conciliação e reformismo, o partido procurou a ocupação dos espaços legais nos sindicatos, centros estudantis, nas redações dos jornais, nas cátedras universitárias e na própria estrutura do MDB, a “oposição consentida”.

E aqui vale um relevante registro histórico: em 1970, um grupo do MDB mais à esquerda e que posteriormente passou a ser conhecido com o grupo *autentico* propôs a autodissolução do partido depois da acachapante derrota eleitoral para a Arena.

Neste mesmo ano de 1970 em encontro realizado na capital pernambucana, o MDB Nacional divulgou a Carta de Recife documento corajoso e que contribuiu para o início de uma forte inflexão da pauta política, que veio conformar uma nova oposição. Ali adotaram-se as

teses da constituinte e da anistia ambas elaboradas pelo VI Congresso do PCB aqui já aludido. É certo que a hegemonia desse programa - de origem no Partidão - só se consolidou algum tempo depois (final da década de setenta) com o apoio dos democratas e liberais, sob o comando das figuras ímpares de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Entretanto, para nós comunistas, o impacto e a reação foram imediatos. Até aquele momento o grande foco da repressão tinha sido contra a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B, e, antes, contra a Aliança Libertadora Nacional de Carlos Marighela e outros grupamentos militarizados. Depois, tudo descambou para cima do PCB e, no governo Geisel, onze companheiros do Comitê Central “desapareceram”, ou seja, foram assassinados.

Daquele período, há um documento - agora revelado pelo jornalista Elio Gaspari - que afirmava ser o PCB o principal inimigo mesmo sendo contra a luta armada, até porque esta estava derrotada e a preocupação passava a ser com a luta institucional dos comunistas infiltrados no MDB.

E diante da avalanche eleitoral oposicionista em 1974, o governo Geisel realiza uma ação continuada visando a liquidação do partido, com milhares de prisões, seqüestros, torturas e assassinatos dos integrantes do Comitê Central e quadros partidários. Em 1975, por exemplo, eram torturados e assassinados, no DOI-CODI de São Paulo, Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho, ambos militantes do PCB. A morte de Vlado, como era carinhosamente chamado o jornalista Herzog, provocou a primeira grande mobilização da sociedade civil e massivas manifestações de rua contra o regime. Com o assassinato do operário, que na sua militância também distribuía o jornal clandestino dos comunistas, uma crise no sistema militar - Presidente Geisel x organismos de repressão - se instalou e como consequência houve a exoneração do Comandante do 2º Exército: o duplo assassinato pela tortura, num curto espaço de tempo, concorreu dramaticamente para o processo de crescente degradação do regime.

A expressiva vitória em 1974 mostrou que o caminho era o correto e não foi em vão. Iniciou-se, à revelia dos ditadores de plantão, uma progressiva sucessão de conquistas que - passando pelos ganhos eleitorais, pela Anistia, pela memorável campanha das Diretas Já, pela eleição indireta, no famigerado Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves -

José Sarney, pela legalização do PCB, pela Constituinte - culminou, em 1989, com a primeira eleição direta à presidência da República, após 29 longos anos.

Não tenho dúvida de que a linha política vitoriosa contra a ditadura foi a adotada pela Frente Democrática, representada pelo MDB, depois PMDB, e que teve no PCB um dos principais formuladores.

Hoje, não se escutam os clarins da revolução nas ruas, como sonhavam os defensores da luta armada, nem os esbirros dos militares que tutelavam a República desde os seus primórdios. Ao contrário, o povo decide o seu destino nas urnas de um país democrático.

A Democracia, um Valor Permanente

Tanto assim é que um ex-operário, líder de um Partido dos Trabalhadores, pôde, sem ameaças golpistas, vencer as eleições presidenciais de 2002, no segundo turno, com expressivos 53 milhões de votos e uma apregoada agenda de mudanças políticas, econômicas, sociais e, até, no campo da ética.

Infelizmente, motivo da decepção de milhões e de uma crise política sem precedentes na história republicana, o governo Lula e o PT desnudaram uma de suas faces menos conhecidas: o pouco apreço pela questão democrática. Uma vez no Palácio do Planalto, resolveram, despudoradamente, montar um esquema de corrupção sistêmica cujo único objetivo, autoritário por natureza, era a própria perpetuação no poder.

A captura do Estado pela máquina partidária - numa toska volta à confusão, historicamente morta, entre Partido e Estado -; a prática de uma relação promíscua com o Congresso Nacional; o hegemonismo deslavado com o desrespeito permanente aos partidos e a cooptação descarada de “aliados”; a traição aos compromissos históricos - e não meramente eleitorais - do partido; por fim, mas não por último, o rasgar a bandeira da ética que empunhou com pretensões exclusivistas. Deu no que deu.

No momento em que vozes petistas voltam, arrogantemente, a reivindicar a posição de “construtores da democracia brasileira”, faz-se cada vez mais necessário o conhecimento, ainda que precário, da história do Partido dos Trabalhadores em sua verdadeira dimensão.

Após a sucinta exposição do passado de lutas do povo brasileiro, aqui somente esboçado num específico período histórico, restará - e disso cuidarão, necessariamente, os historiadores - estabelecer a verdade sobre a retomada da democracia e a atuação de uma legenda que surge da junção de sindicalistas, militantes de diversas organizações oriundas da luta armada e setores progressistas da Igreja Católica, formando não um partido de tendências, mas, sim, uma federação de partidos distintos e, no mais das vezes, antagônicos entre si. Um partido que gerou o paradoxo de por um lado exibir uma ampla presença social e forte sinergia, resultante da junção de forças políticas e lideranças - das mais moderadas as mais radicais contra todo e qualquer governo - na luta oposicionista e por outro, uma ambigüidade e inépcia governamental, fruto de suas contradições, que inviabilizavam a construção de um programa comum governamental. Daí o decepcionante governo petista que vai do continuísmo na política econômica neoliberal a total ausência de políticas públicas sociais transformadoras.

Contudo, é fundamental colocar que o PT, apesar de sua inegável importância histórica nessas três últimas décadas e de sua retórica, sempre teve dificuldades em compreender a dimensão da democracia. Sectário, avesso às alianças e hegemônico, o PT recusou o Colégio Eleitoral por ilegítimo, menosprezou a Constituinte porque a queria exclusiva e não desejava assinar a Constituição que julgava contrária aos seus “princípios socialistas” pelo seu “corte burguês”.

Na oportunidade em que parecia realizar um inadiável “aggiornamento” democrático, conquistado o governo da República, aparecem das entranhas mais profundas do partido as velhas práticas que fazem da democracia apenas um instrumento descartável, tático, em nome de interesses cujos fins justificam os meios. Não aprenderam com os erros e as derrotas históricas de uma esquerda totalitária, nem com as vitórias da via democrática e pluralista.

Estou - e assim também o PPS - convencido de que não há outro caminho para solucionar os graves problemas nacionais fora da democracia, um valor permanente e universal. E quando falamos em democracia, estamos definindo grandes processos de articulação que possam romper com o sebastianismo político, com o salvacionismo messiânico, que, de alguma forma, esteve presente no amplo movimento

que levou Lula ao poder - e transparece, claramente, no exercício desse poder.

Se as alianças foram fundamentais para derrotar a ditadura, para mudar o Brasil elas são imprescindíveis.

Não alianças de qualquer tipo, com forças conservadoras e/ou oligárquicas, feitas em nome de uma certa governabilidade canhestra que serve para encobrir a intenção da manutenção do poder pelo poder. Referimo-nos, sim, a alianças estruturais, da formação de um novo bloco político de centro-esquerda, forte e plural, capaz de levar o país a romper com a inércia, a criar um novo pensamento econômico que, responsavelmente, inaugure um novo ciclo de desenvolvimento apto a promover a retomada da construção de um Brasil socialmente mais justo e radicalmente democrático.

Nota:

*Deputado Federal PPS-PE.